

JANEIRO DE 2026



**CONJUNTURA ESTADUAL  
DE SÃO PAULO**

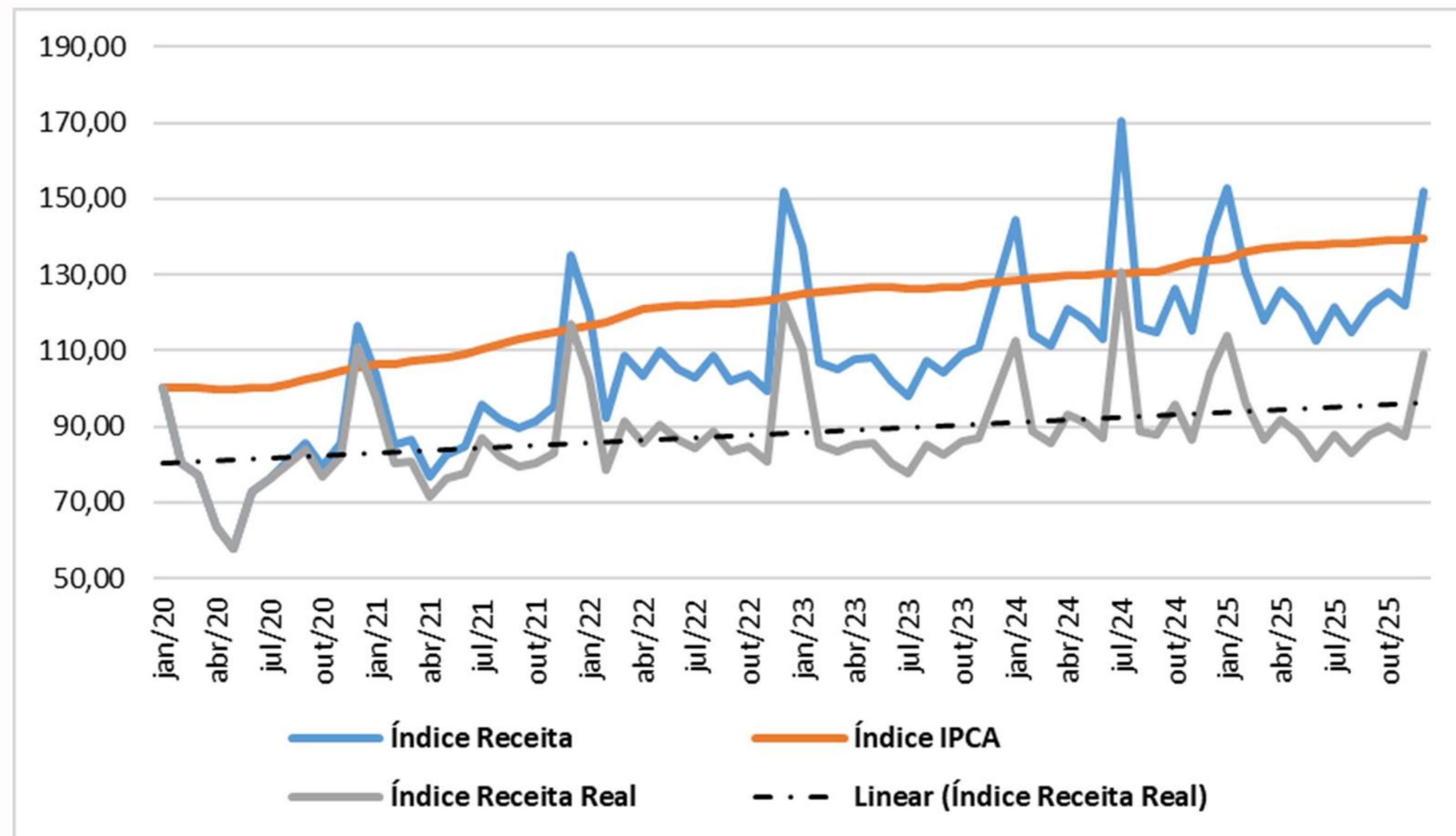


**DIĒESE**



Gráfico 1 – Evolução mensal do IPCA e da receita nominal e real do Estado de São Paulo – por número-índice 2020 a 2025

- Receitas apresentam tendência de **crescimento** desde 2020 ✓
- A receita total obteve **↑ 8,87%** de crescimento real entre 2020 e 2025
- Capacidade de gerar receita permanece elevada ↗





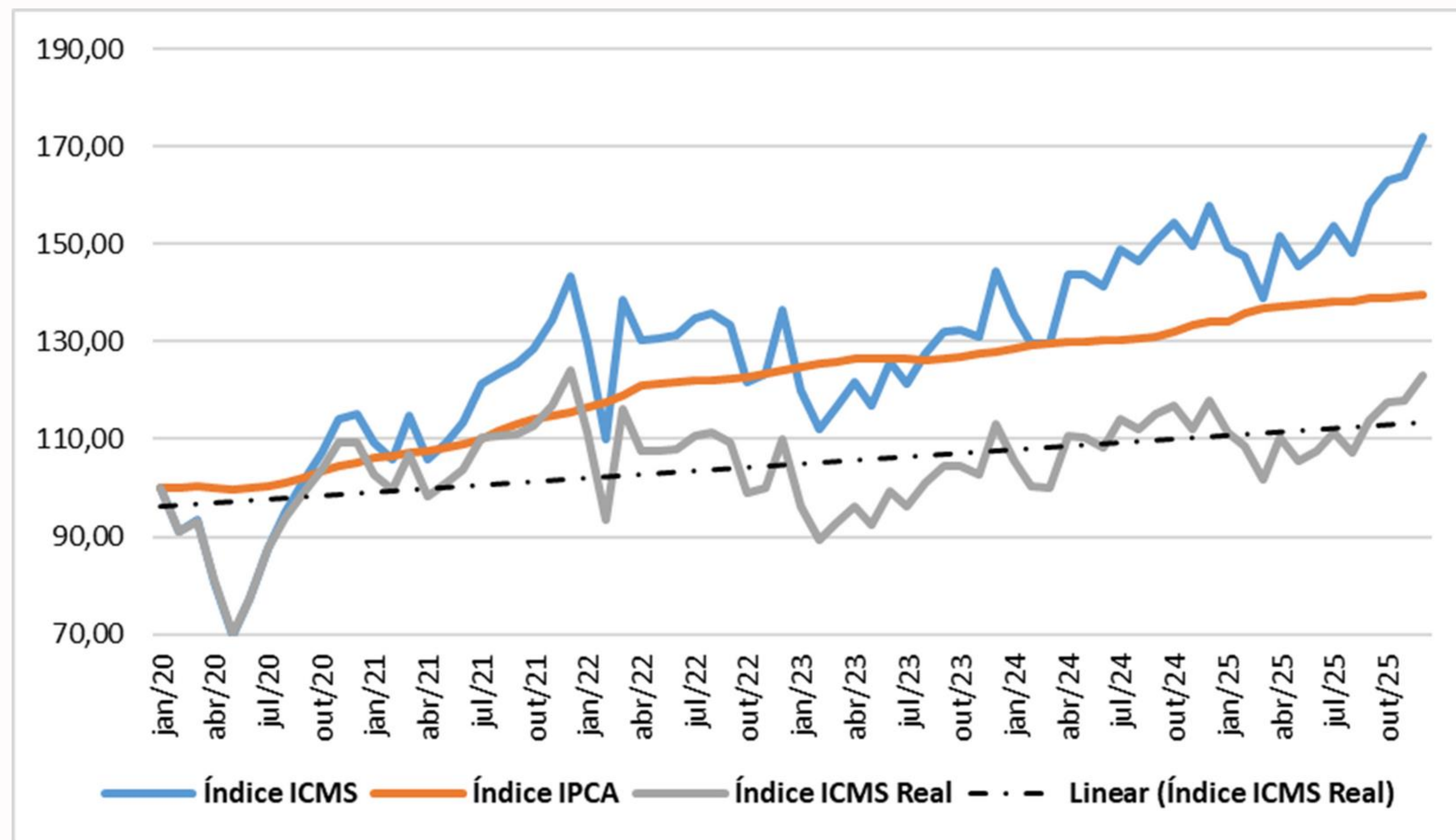
- **Principal tributo** na composição das receitas, o ICMS obteve comportamento satisfatório de **crescimento real: 23,19%** 
- Inflação do período: **+39,67%**
- ICMS Nominal: **+72,06%**
- Por ser um tributo sobre a circulação de bens e serviços, a curva acentuada sugere uma **atividade econômica aquecida** no Estado. 

Gráfico 2 – Evolução mensal do IPCA e do ICMS nominal e real do Estado de São Paulo – por número-índice  
2020 a 2025



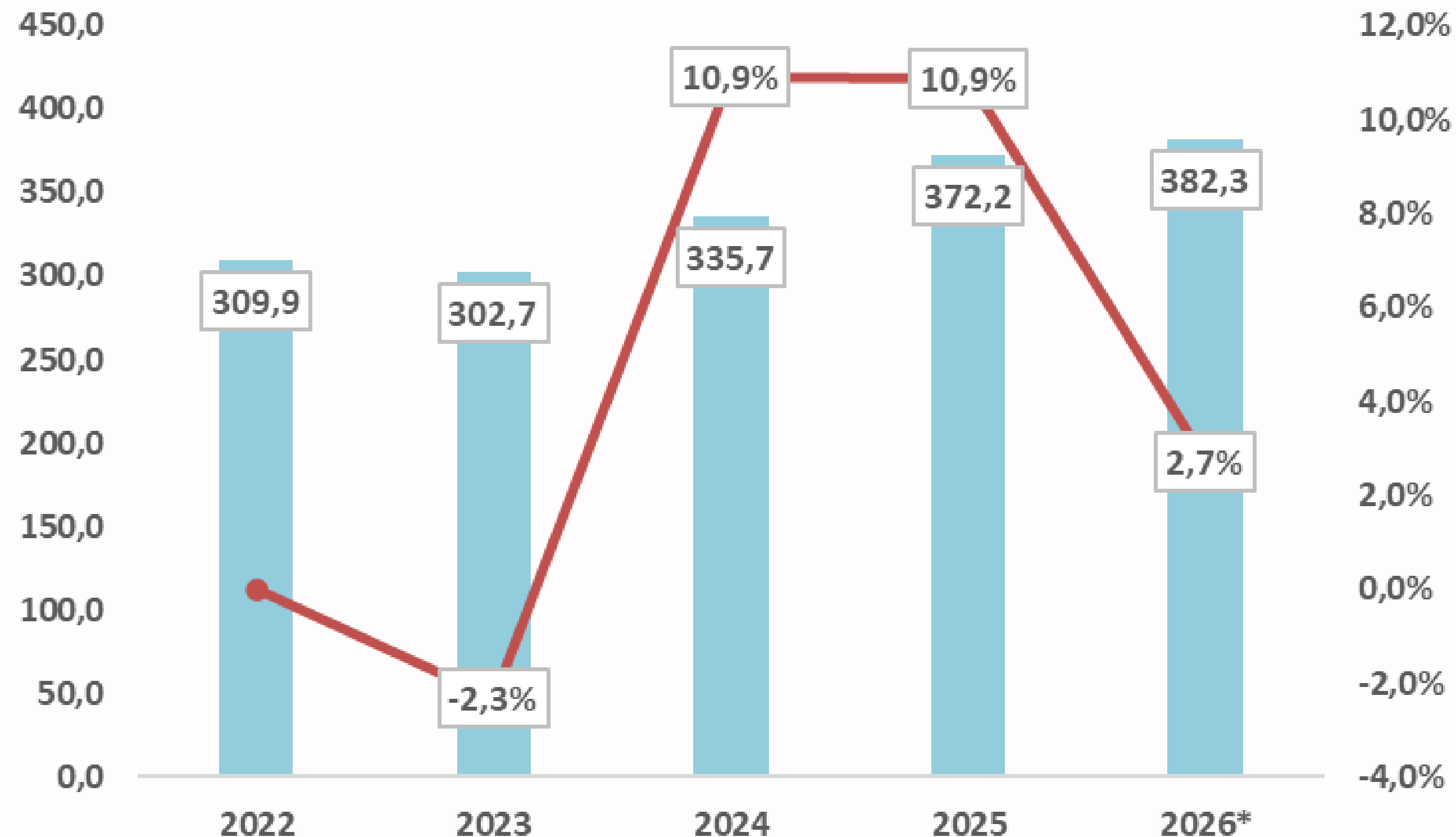
# DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL – 2022 A 2026

Gráfico 3 – Evolução do Gasto Total do Estado de São Paulo e Variação Anual – 2022 a 2026

- **R\$ 382,3 bilhões** em despesas totais previstas para 2026


- Previsão de apenas **2,7%** acima do gasto em 2025


- Entre 2023 e 2025, o Estado apresentou elevação consecutiva da despesa em **10,9%**



# DESPESA DE PESSOAL - 2022 A 2026

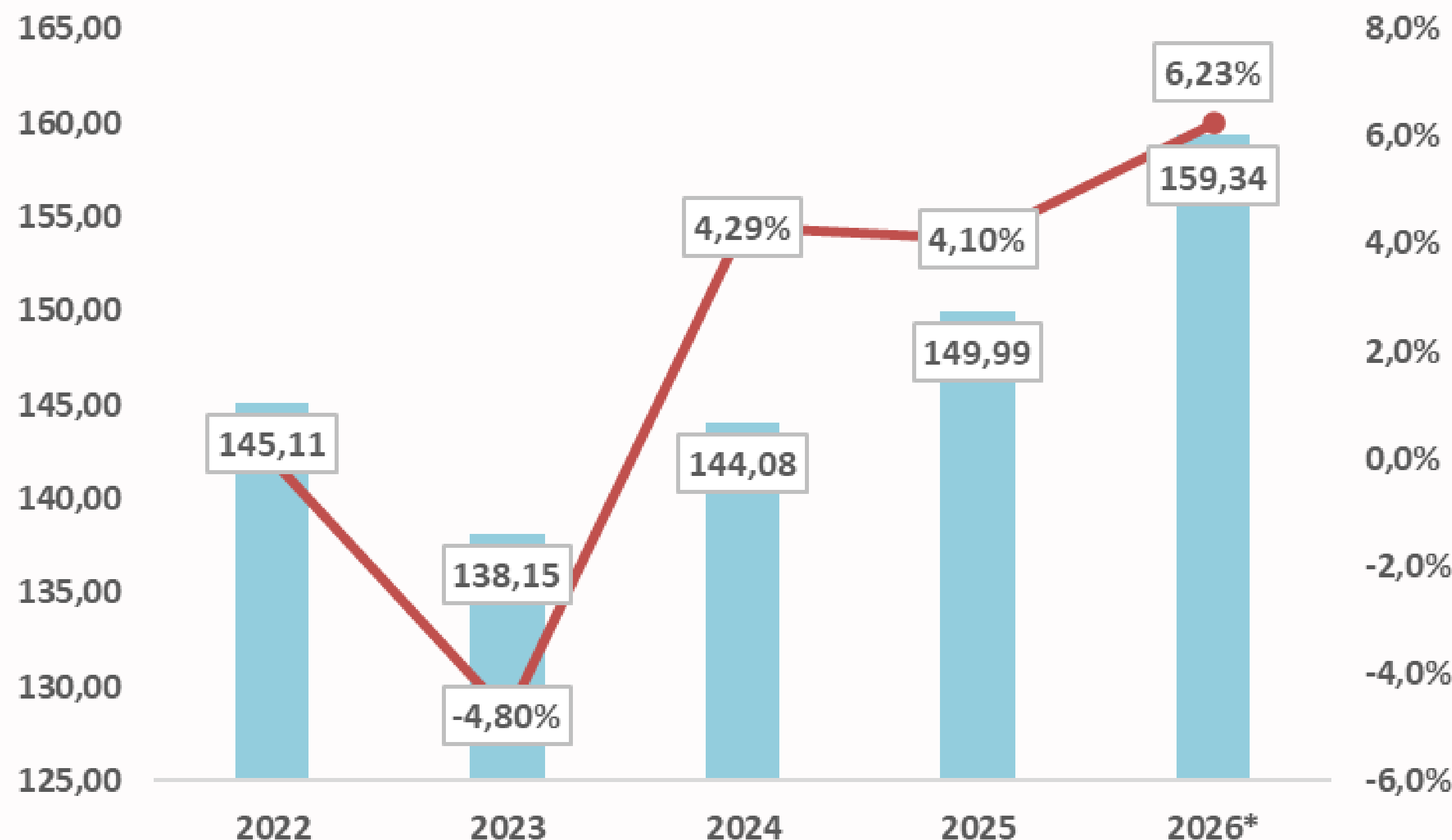
- Previsão de crescimento da despesa com pessoal de **6,23%**

- Previsão considera: **aumento vegetativo da folha**, novos ingressos e reajuste salarial 

- Previsão de inflação para 2026:  **4,28%** (BCB-Expectativas de mercado)

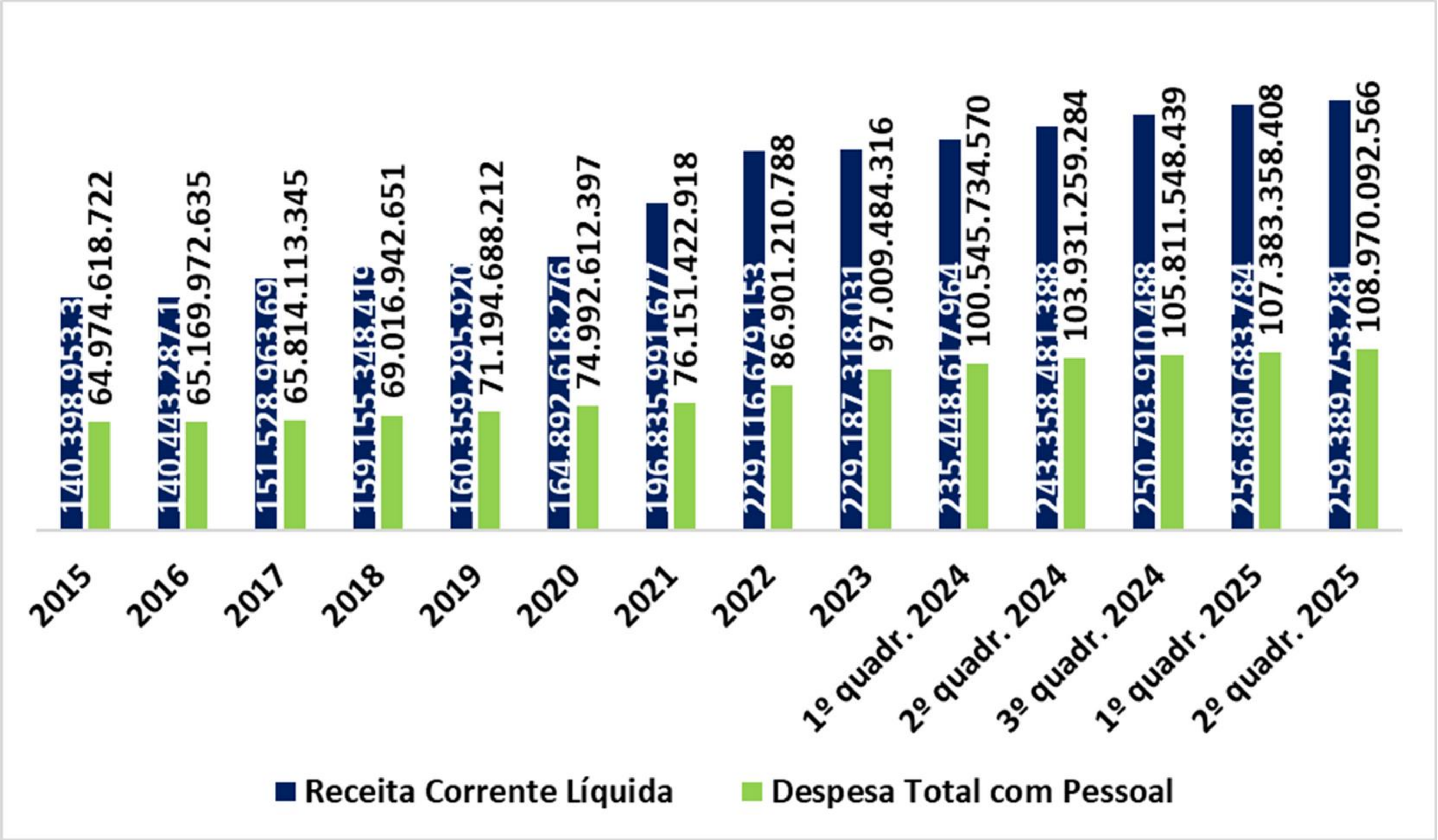
- Em 2025 o Governo previa na LDO uma inflação de **4,51%** em 2026, ou seja, a previsão orçamentária para despesas de pessoal considera uma majoração restrita diante da inflação projetada

Gráfico 4 – Evolução do Gasto com Pessoal do Estado de São Paulo e Variação Anual – 2022 a 2026





# LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - EXECUTIVO



 RCL – R\$ 259,4 BILHÕES

 CRESCIMENTO DE 0,98% EM RELAÇÃO AO QUADRIMESTRE ANTERIOR

 CRESCIMENTO DE 1,48% EM RELAÇÃO A 2024

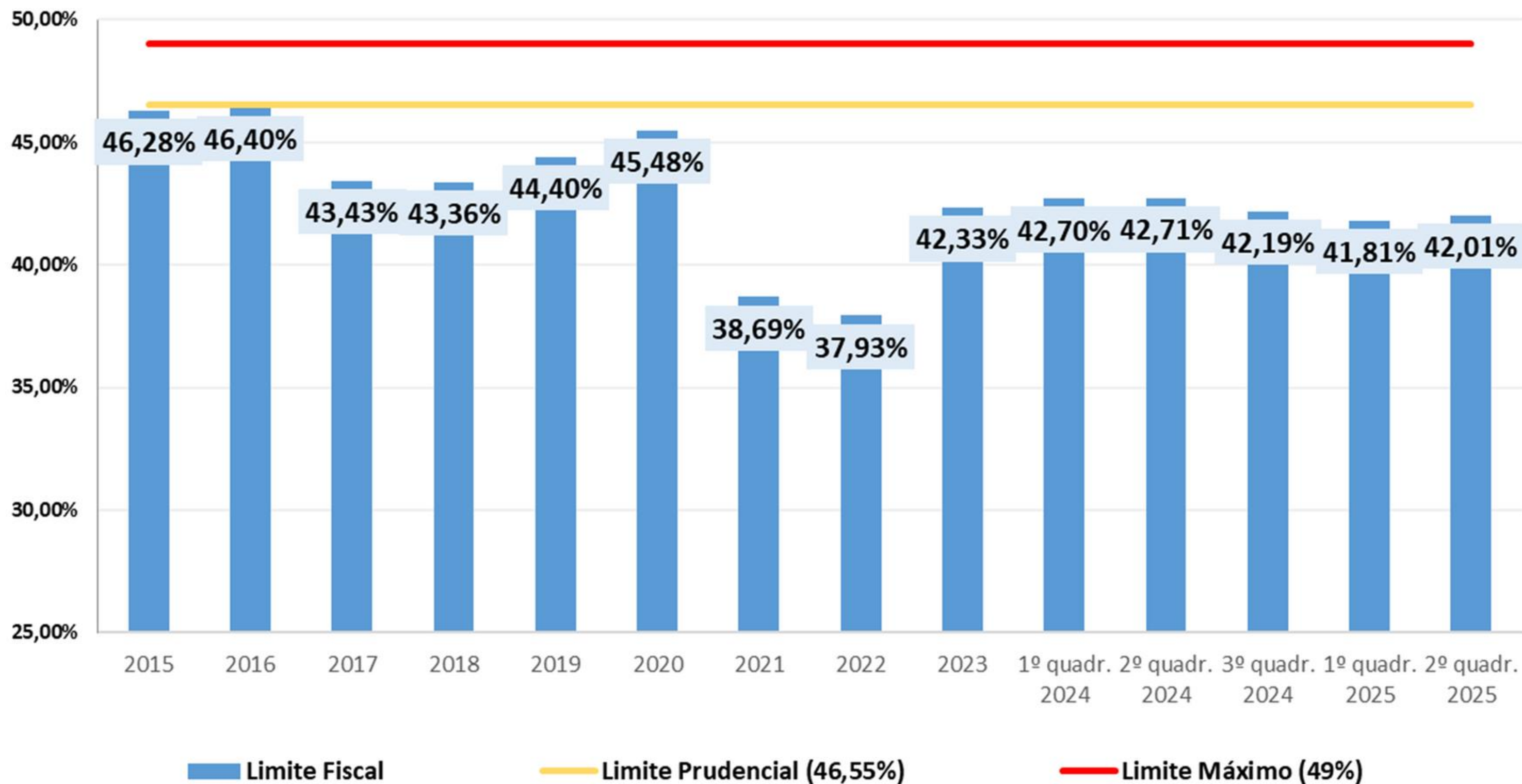
 DTP – R\$ 108,9 BILHÕES

# LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - EXECUTIVO

DPT/RCL 2025



**42,01%**



# DESPESA POR ÓRGÃO

ÓRGÃO/SECRETARIA	Empenho 2025	Orçamento 2026	Var. %	Var. Absoluta
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1.411.959.349	1.522.799.643	7,85	110.840.294
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.300.302.754	1.340.180.531	3,07	39.877.777
TRIBUNAL DE JUSTICA	20.451.533.751	19.382.083.588	-5,23	-1.069.450.163
TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	112.891.597	110.978.073	-1,70	-1.913.524
<b>SECRETARIA DA EDUCACAO</b>	<b>35.593.610.031</b>	<b>33.394.153.803</b>	<b>-6,18</b>	<b>-2.199.456.228</b>
<b>SECRETARIA DA SAUDE</b>	<b>40.917.333.752</b>	<b>37.920.246.812</b>	<b>-7,32</b>	<b>-2.997.086.940</b>
SECR. DESENV. ECONOMICO	330.683.175	376.981.078	14,00	46.297.903
SECR. CULTURA	1.640.023.368	1.706.585.784	4,06	66.562.416
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.151.470.698	1.092.215.461	-5,15	-59.255.237
SECRETARIA DE POLITICAS PARA A MULHER	21.113.713	30.608.889	44,97	9.495.176
SEC.DA JUSTICA E CIDADANIA	2.550.036.309	2.573.311.391	0,91	23.275.082
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	19.792.302.056	21.458.019.393	8,42	1.665.717.337
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	4.460.471.998	5.226.380.371	17,17	765.908.373
ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	117.938.508.499	122.237.425.128	3,65	4.298.916.629
<b>SECRETARIA DE DESENV.URBANO E HABITACAO</b>	<b>3.208.137.803</b>	<b>2.169.078.080</b>	<b>-32,39</b>	<b>-1.039.059.723</b>
SECRETARIA DE MEIO AMB.	8.271.332.265	8.894.710.746	7,54	623.378.481
MINISTERIO PUBLICO	4.518.642.731	4.454.890.125	-1,41	-63.752.606
<b>CASA CIVIL</b>	<b>673.721.836</b>	<b>1.304.179.857</b>	<b>93,58</b>	<b>630.458.021</b>
SECRETARIA DE COMUNICACAO	295.672.545	212.737.144	-28,05	-82.935.401
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.731.645.419	2.052.655.610	18,54	321.010.191
<b>SECRETARIA DOS TRANSPORTES</b>	<b>13.116.494.556</b>	<b>12.348.234.179</b>	<b>-5,86</b>	<b>-768.260.377</b>
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	6.047.013.505	6.627.734.406	9,60	580.720.901
<b>SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS</b>	<b>6.335.064.041</b>	<b>11.587.243.259</b>	<b>82,91</b>	<b>5.252.179.218</b>
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	2.641.704.920	3.059.113.215	15,80	417.408.295
SECRETARIA DE ESPORTES	352.507.592	358.663.920	1,75	6.156.328
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	1.764.851.065	1.860.084.465	5,40	95.233.400
SECR. EST. DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	61.411.748	80.706.126	31,42	19.294.378
SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOLOGIA	23.023.848.041	24.690.343.290	7,24	1.666.495.249
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS	143.804.540	865.678.251	501,98	721.873.711
SECRETARIA DE GOVERNO E REL. INSTITUCIONAIS	1.276.901.843	369.782.834	-71,04	-907.119.009
SECRETARIA DE GESTAO E GOVERNO DIGITAL	63.808.195.569	66.645.485.445	4,45	2.837.289.876
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	102.371.095	146.718.005	43,32	44.346.910
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	82.408.866	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>385.045.562.166</b>	<b>396.182.417.768</b>	<b>2,89</b>	<b>11.136.855.602</b>

- Orçamento de 2026 confirma tendência de **austeridade seletiva** — compressão de despesas sociais e expansão concentrada em áreas de controle político do núcleo do governo (Casa Civil, Parcerias em investimentos e Gestão e Gov. Digital).
- **Educação, Saúde e Transportes perdem R\$ 7,0 bilhões** de orçamento, enquanto Gestão e Governo e Parcerias em Investimentos aumentam em R\$ 8,1 bilhões .
- Maiores ganhos percentuais: Turismo, Casa Civil e Parcerias em Invest.
- Maiores perdas percentuais: Governo e Relações institucionais, Habitação, Comunicação, Saúde, Educação e Transportes.



# DESPESA POR ÓRGÃO – Por participação no Orçamento

ÓRGÃO/SECRETARIA	Empenho 2025	Orçamento 2026	Participação 2025	Participação 2026	Perda/ Ganho
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1.411.959.349	1.522.799.643	0,37%	0,38%	Ganho
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.300.302.754	1.340.180.531	0,34%	0,34%	Estável
TRIBUNAL DE JUSTICA	20.451.533.751	19.382.083.588	5,31%	4,89%	Perda
TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	112.891.597	110.978.073	0,03%	0,03%	Estável
<b>SECRETARIA DA EDUCACAO</b>	<b>35.593.610.031</b>	<b>33.394.153.803</b>	<b>9,24%</b>	<b>8,43%</b>	Perda
<b>SECRETARIA DA SAUDE</b>	<b>40.917.333.752</b>	<b>37.920.246.812</b>	<b>10,63%</b>	<b>9,57%</b>	Perda
SECR. DESENV. ECONOMICO	330.683.175	376.981.078	0,09%	0,10%	Ganho
SECR. CULTURA	1.640.023.368	1.706.585.784	0,43%	0,43%	Estável
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.151.470.698	1.092.215.461	0,30%	0,28%	Perda
SECRETARIA DE POLITICAS PARA A MULHER	21.113.713	30.608.889	0,01%	0,01%	Estável
SEC.DA JUSTICA E CIDADANIA	2.550.036.309	2.573.311.391	0,66%	0,65%	Perda
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	19.792.302.056	21.458.019.393	5,14%	5,42%	Ganho
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	4.460.471.998	5.226.380.371	1,16%	1,32%	Ganho
ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	117.938.508.499	122.237.425.128	30,63%	30,85%	Ganho
<b>SECRETARIA DE DESENV.URBANO E HABITACAO</b>	<b>3.208.137.803</b>	<b>2.169.078.080</b>	<b>0,83%</b>	<b>0,55%</b>	Perda
SECRETARIA DE MEIO AMB.	8.271.332.265	8.894.710.746	2,15%	2,25%	Ganho
MINISTERIO PUBLICO	4.518.642.731	4.454.890.125	1,17%	1,12%	Perda
<b>CASA CIVIL</b>	<b>673.721.836</b>	<b>1.304.179.857</b>	<b>0,17%</b>	<b>0,33%</b>	Ganho
SECRETARIA DE COMUNICACAO	295.672.545	212.737.144	0,08%	0,05%	Perda
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.731.645.419	2.052.655.610	0,45%	0,52%	Ganho
<b>SECRETARIA DOS TRANSPORTES</b>	<b>13.116.494.556</b>	<b>12.348.234.179</b>	<b>3,41%</b>	<b>3,12%</b>	Perda
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	6.047.013.505	6.627.734.406	1,57%	1,67%	Ganho
<b>SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS</b>	<b>6.335.064.041</b>	<b>11.587.243.259</b>	<b>1,65%</b>	<b>2,92%</b>	Ganho
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	2.641.704.920	3.059.113.215	0,69%	0,77%	Ganho
SECRETARIA DE ESPORTES	352.507.592	358.663.920	0,09%	0,09%	Estável
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	1.764.851.065	1.860.084.465	0,46%	0,47%	Ganho
SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	61.411.748	80.706.126	0,02%	0,02%	Estável
SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOLOGIAA	23.023.848.041	24.690.343.290	5,98%	6,23%	Ganho
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS	143.804.540	865.678.251	0,04%	0,22%	Ganho
SECRETARIA DE GOVERNO E REL.INSTITUCIONAIS	1.276.901.843	369.782.834	0,33%	0,09%	Perda
SECRETARIA DE GESTAO E GOVERNO DIGITAL	63.808.195.569	66.645.485.445	16,57%	16,82%	Ganho
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	102.371.095	146.718.005	0,03%	0,04%	Ganho
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	82.408.866	-	0,02%	-
<b>TOTAL</b>	<b>385.045.562.166</b>	<b>396.182.417.768</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-

- A parcela que cada secretaria detém no orçamento público confirma as prioridades na divisão dos recursos
- **Saúde, Educação e Tribunal de Justiça** perderam espaço relevante no Orçamento: **Sai de 25,2% em 2025 para 22,9% em 2026.**
- Parcerias em Investimentos, Segurança Pública e Ciência e Tecnologia tinham participação de 12,7% em 2025. Em 2026 será de 14,6%.
- Em 2024, o Governo do Estado aprovou a PEC 09 que reduzia os recursos obrigatórios em Educação com a justificativa de complementar o orçamento da saúde. A LOA 2026 apresenta justamente o contrário.

## **1. Reconfiguração do papel do Estado e riscos à capacidade operacional dos serviços públicos**

O aprofundamento da agenda de privatizações e concessões, especialmente nos setores de transporte metroferroviário e de saneamento e energia, tem redefinido o papel do Estado de São Paulo como operador direto de serviços essenciais. A transformação do Metrô e da CPTM em estruturas voltadas majoritariamente à gestão de contratos e ao planejamento estratégico levanta desafios relevantes para a manutenção da capacidade técnica, operacional e de fiscalização do poder público. A ausência de concursos públicos e o alegado sucateamento das estruturas existentes ampliam o risco de perda de conhecimento técnico histórico, sobrecarga dos trabalhadores remanescentes e deterioração da qualidade do serviço, com potenciais impactos diretos sobre a mobilidade urbana, como já observado após a privatização de determinadas linhas de trens e metrô e do fornecimento de água e tratamento de esgoto, assim como a elevação das tarifas.

## **2. Sustentabilidade do modelo de financiamento baseado em privatizações e concessões públicas**

A execução orçamentária de 2025 demonstrou fragilidades associadas à superestimação das receitas de capital, especialmente aquelas vinculadas à alienação de bens decorrente de privatizações e concessões. A frustração de leilões e projetos comprometeu a realização das receitas previstas e expôs a vulnerabilidade de um modelo fiscal excessivamente dependente dessas operações. Para 2026, o desafio central será assegurar maior realismo na projeção das receitas e mitigar riscos de descontinuidade de investimentos e políticas públicas diante de eventuais novos fracassos em processos de concessão.

## 3. Valorização dos servidores públicos e correção de distorções remuneratórias

Apesar dos reajustes lineares concedidos em 2023 e 2025, os servidores públicos estaduais acumulam perdas salariais frente à inflação de períodos anteriores. Persistem distorções relevantes na estrutura remuneratória, incluindo categorias com vencimentos-base inferiores ao salário mínimo paulista e mecanismos de recomposição que, na prática, não resultaram em ganho real devido à redução de abonos. As desigualdades entre carreiras — especialmente em áreas estratégicas como educação, saúde e transportes — configuram um desafio para 2026 no que se refere à motivação, retenção de profissionais e à própria capacidade do Estado de prestar serviços públicos com qualidade. A previsão de crescimento da despesa de pessoal para 2026 não aponta para uma intencionalidade no reajuste linear e que garanta recomposição da inflação e ganho real.

## 4. Crescente centralização orçamentária via emendas parlamentares e estruturas de governo

O aumento expressivo do volume de emendas parlamentares no orçamento estadual, associado à expansão dos recursos destinados à Secretaria de Gestão e Governo Digital e à Casa Civil, levanta preocupações quanto à priorização do gasto público. O fato de tais pastas apresentarem crescimento orçamentário superior ao observado em áreas finalísticas como Saúde, Educação e Segurança Pública impõe o desafio de garantir maior transparência, racionalidade alocativa e alinhamento das emendas às necessidades estruturais da população paulista em 2026. Este ciclo se iniciou em 2024 quando a verba para as secretarias que administram tais emendas dobrou em relação a 2023.

## 5. As forças no processo legislativo e limitações ao debate público

A ampla e coesa base de apoio do Executivo na Assembleia Legislativa tem assegurado a aprovação célere dos projetos encaminhados pelo governo, inclusive aqueles relacionados a privatizações e reorganizações administrativas. Em contrapartida, a oposição enfrenta dificuldades para barrar propostas sensíveis ou aprovar emendas voltadas ao fortalecimento do serviço público e à valorização dos servidores. Para 2026, o desafio institucional reside na ampliação do espaço de debate democrático, na qualificação do processo legislativo e na construção de mecanismos efetivos de controle e contraponto às decisões do Executivo.